

ODEBRECHT AMBIENTAL S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

ODEBRECHT AMBIENTAL S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido) passivo à descoberto

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Odebrecht Ambiental S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Odebrecht Ambiental S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo à descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Odebrecht Ambiental S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em dezembro de 2016 a Odebrecht S.A. (ODB), na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo de Leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") e com as autoridades dos EUA e Suíça ("Acordo Global"), responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do Acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem, que firmou acordo próprio, comprometendo-se a pagar o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões.

Em julho de 2018, a ODB celebrou o acordo de leniência com o Ministério da Transparência/Controladoria-Geral da União ("CGU") e com a Advocacia-Geral da União ("AGU"), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal brasileiro.

No entanto, em função dos desdobramentos das referidas investigações e outros procedimentos legais conduzidos por outras autoridades públicas que ainda estão em curso, não foi possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, obtermos evidências apropriadas sobre os impactos econômico-financeiros nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2019.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.19, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão sendo reapresentadas para correção dos valores correspondentes à participação em controlada direta. Essa correção decorre do fato de que os efeitos decorrentes do certificado de extinção da investida direta OE Holdings, assinado em 28 de março de 2018 não foram reconhecidos naquelas demonstrações contábeis. Como parte de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019, revisamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.19 e concluímos que tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Nossa opinião não contém ressalva em função deste assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e sobre elas quais emitimos relatório de opinião datado em 07 de maio de 2019 contendo: i) parágrafo de ênfase referente a inadimplência da controlada Ambiental Proveracruz junto ao poder concedente; ii) parágrafo de incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional e; ii) ressalva de mesmo teor à mencionada no tópico acima "Base para opinião com ressalva".

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de junho de 2020.

Odebrecht Ambiental S.A. e suas controladas

Balço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018 (Reapresentado)	2019	2018 (Reapresentado)			2019	2018 (Reapresentado)	2019	2018 (Reapresentado)
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.011	466	5.060	2.382	Fornecedores		3.821	3.462	30.575	37.656
Contas a receber	7	517	103	64.094	70.454	Empréstimos e financiamentos	14	1.000	333	1.766	2.022
Partes relacionadas	8	80	59.833	5.308	9.816	Salários e encargos sociais		1.071		4.651	
Tributos a recuperar	9	13.697	13.888	51.686	55.907	Tributos a pagar		816	717	33.906	23.333
Despesas antecipadas			13	619	416	Dividendos e juros sobre capital próprio	10(c)		17.552		17.552
Outros ativos		3.289	3.304	9.834	9.200	Partes relacionadas	8		3.934	24.525	69.024
						Outros passivos		3.957	4.825	7.295	13.050
		<u>18.594</u>	<u>77.607</u>	<u>136.601</u>	<u>148.175</u>			<u>10.665</u>	<u>30.823</u>	<u>102.718</u>	<u>162.637</u>
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	14	3.750	5.388	4.925	4.928
Partes relacionadas	8	22.446	52.655	22.236	22.236	Partes relacionadas	8	25.694	18.991	80.016	19.952
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11			13.601	4.574	Provisões para contingências	15	7.318	303	7.318	303
Outros ativos		1.643	3.442	1.643	3.442	Obrigações com o poder concedente	16			105.767	90.537
						Provisão para perda de investimento	10(a)	74.268	60.471		
		<u>24.089</u>	<u>56.097</u>	<u>37.480</u>	<u>30.252</u>	Dividendos e juros sobre capital próprio	10(c)	17.552		17.552	
								<u>128.582</u>	<u>85.153</u>	<u>215.578</u>	<u>115.720</u>
Investimentos em controladas, controladas em conjunto	10(a)	92.795	7.662	29	29	Passivo a Descoberto	17				
Imobilizado	12			8.052	6.332	Capital social		12.009	12.009	12.009	12.009
Intangível	13			132.663	124.054	Prejuízos acumulados		(80.573)	(59.248)	(80.573)	(59.248)
		<u>116.884</u>	<u>63.759</u>	<u>178.224</u>	<u>160.667</u>	Ajuste de avaliação patrimonial		64.795	72.629	64.795	72.629
								<u>(3.769)</u>	<u>25.390</u>	<u>(3.769)</u>	<u>25.390</u>
Total do ativo						Participação dos não controladores				298	5.095
		<u>135.478</u>	<u>141.366</u>	<u>314.825</u>	<u>308.842</u>			<u>(3.769)</u>	<u>25.390</u>	<u>(3.471)</u>	<u>30.485</u>
						Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>135.478</u>	<u>141.366</u>	<u>314.825</u>	<u>308.842</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Odebrecht Ambiental S.A. e suas controladas

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018 (Reapresentado)	2019	2018 (Reapresentado)
Operações continuadas					
Receita líquida de serviços e vendas	18			157.206	111.931
Custos dos serviços prestados e vendas	19	(8)	(489)	(80.459)	(64.223)
Lucro (prejuízo) bruto		(8)	(489)	76.747	47.708
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	19	(10.145)	(16.913)	(75.919)	(54.230)
Outras receitas e despesas, líquidas	19		6.149	899	4.719
Equivalência patrimonial em empresas controladas	10 (a)	(11.659)	(495)		
Lucro (Prejuízo) operacional		(21.812)	(11.748)	1.727	(1.803)
Resultado financeiro, líquido	20	487	13.857	(18.641)	10.699
Equivalência patrimonial em empresas controladas em conjunto e coligadas					(4)
Outras			16		11
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(21.325)	2.125	(16.914)	8.903
Imposto de renda e contribuição social correntes				(2.199)	(789)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11 (b)			(4.844)	(5.394)
Lucro (Prejuízo) do exercício		<u>(21.325)</u>	<u>2.125</u>	<u>(23.957)</u>	<u>2.720</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício das operações continuadas e descontinuadas		<u>(21.325)</u>	<u>2.125</u>	<u>(23.957)</u>	<u>2.720</u>
Atribuível a					
Acionistas da Companhia				(21.325)	2.125
Participação dos não controladores				(2.632)	595
				<u>(23.957)</u>	<u>2.720</u>
Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído de operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	17 (b)			<u>(0,04)</u>	<u>0,00</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Odebrecht Ambiental S.A. e suas controladas

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro (Prejuízo) do exercício das operações continuadas e descontinuadas:	(21.325)	2.125	(23.957)	2.720
Outros resultados abrangentes:				
Variação cambial de investida no exterior	(7.834)	(9.105)	(7.834)	(9.105)
Total do resultado abrangente do exercício (Reapresentado)	<u>(29.159)</u>	<u>(6.980)</u>	<u>(31.791)</u>	<u>(6.385)</u>
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			(29.159)	(6.980)
Participação dos não controladores			<u>(2.632)</u>	<u>595</u>
			<u>(31.791)</u>	<u>(6.385)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Odebrecht Ambiental S.A. e suas controladas

Demonstração das mutações no patrimônio líquido e passivo a descoberto.
Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da controladora			Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Prejuízos acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial Total			
Em 31 de dezembro de 2017	<u>12.009</u>	<u>(61.373)</u>	<u>81.734</u>	<u>32.370</u>	<u>4.296</u>	<u>36.666</u>
Resultado abrangente do exercício:						
Lucro do exercício das operações continuadas e descontinuadas		2.125		2.125	595	2.720
Outros resultados abrangentes						
Variação cambial em investidas no exterior			(9.105)	(9.105)		(9.105)
Total do resultado abrangente do exercício		<u>2.125</u>	<u>(9.105)</u>	<u>(6.980)</u>	<u>595</u>	<u>(6.385)</u>
Efeito dos não controladores sobre entidades consolidadas					204	204
Em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	<u>12.009</u>	<u>(59.248)</u>	<u>72.629</u>	<u>25.390</u>	<u>5.095</u>	<u>30.485</u>
Resultado abrangente do exercício:						
Prejuízo do exercício das operações continuadas e descontinuadas		(21.325)		(21.325)	(2.632)	(23.957)
Outros resultados abrangentes						
Variação cambial em investidas no exterior			(7.834)	(7.834)		(7.834)
Total do resultado abrangente do exercício		<u>(21.325)</u>	<u>(7.834)</u>	<u>(29.159)</u>	<u>(2.632)</u>	<u>(31.791)</u>
Efeito dos não controladores sobre entidades consolidadas					(2.165)	(2.165)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>12.009</u>	<u>(80.573)</u>	<u>64.795</u>	<u>(3.769)</u>	<u>298</u>	<u>(3.471)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Odebrecht Ambiental S.A. e suas controladas

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(21.325)	2.125	(16.914)	8.903
Ajustes				
Depreciação e amortização		78	6.873	6.352
Equivalência patrimonial	11.659	495		4
Provisão para contingências				
Outorga variável				
Baixas de ativos de imobilizado e intangível		709	10.195	(2.379)
Juros sobre mútuo (partes relacionadas)		(22.812)		(17.913)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	(487)	2.081	13.507	2.875
Outros	7.015	7.285	7.636	10.266
	(3.138)	(10.039)	21.297	8.108
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	1.702	3.200	(6.881)	(33.236)
Adiantamentos a fornecedores		7	(74)	393
Tributos a recuperar	191	1.434	4.222	(5.133)
Estoques		292	(568)	59
Despesas antecipadas	13	32	(203)	1.377
Outros ativos	(304)	(7.945)	(312)	(8.178)
Fornecedores	359	3.009	(1.610)	16.781
Salários e encargos sociais	(52)	(638)	6.935	
Adiantamento de clientes		738	183	836
Tributos a pagar	99	(29)	(8.364)	1.530
Outorga fixa/obrigações com o poder concedente				9.733
Partes relacionadas			(771)	4
Obrigações com o poder concedente				
Outros passivos	73	31		(14.581)
Caixa aplicado nas operações	(1.057)	(9.908)	13.854	(22.307)
Juros pagos	(317)		(317)	(625)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(13)	(21)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(1.374)	(9.908)	13.524	(22.953)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Fundos restritos				12.954
Aplicações financeiras				8.845
Adições ao imobilizado		(133)	(8.892)	(3.638)
Adições ao intangível			(10.535)	(7.673)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos		(133)	(19.427)	10.488

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Odebrecht Ambiental S.A. e suas controladas

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Ingressos de empréstimos e financiamentos				
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(940)	(1.325)	(940)	(17.143)
Arrendamento mercantil			(1.742)	
Amortizações de mútuos		(22)		(1.726)
Incorporação		(1.391)		
Partes relacionadas	2.859	7.675	2.880	4.779
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	1.919	4.937	198	(14.090)
Efeito de caixa e equivalentes de caixa de empresas excluídas na consolidação				
Efeito de variação da taxa de câmbio no caixa e equivalentes a caixa			8.383	18.612
Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	545	(5.104)	2.678	(7.943)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	466	5.570	2.382	10.325
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.011	466	5.060	2.382

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 Informações gerais

A Odebrecht Ambiental S.A. (“Companhia” ou “Odebrecht Ambiental”), com sede em São Paulo-SP, foi constituída em 2008 e tem como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços, através de suas controladas diretas e indiretas, coligadas diretas e indiretas e controladas em conjunto (coletivamente denominadas “Grupo”).

A Companhia atua, através de suas controladas, nos segmentos abaixo:

- (i) Água e Esgoto, através de concessões públicas, parceria público-privadas, prestação de serviços, entre outros. Neste segmento o Grupo investe e opera o Grupo Metropolitano de Água e Saneamento (“Grupo GMAS”) no México, o contrato possui as seguintes características:

Objeto do contrato	Ano inicial - final	Poder concedente (cliente)	Opção de renovação / extensão ao final da concessão
Serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários nos Municípios Veracruz e Medellín.	2015 -2045	Município de Veracruz e Medellín - República dos Estados Mexicanos	Sim

A Companhia é controlada diretamente pela Odebrecht Ambiental Participações S.A. (“OA Par”), e é parte integrante do Grupo Odebrecht, através do controle indireto da Odebrecht S.A - Em recuperação Judicial (“ODB”).

1.1 Reestruturações societárias e fatos relevantes

- (a) Cetrel-Lumina Tecnologia e Engenharia Ambiental Ltda. (“Cetrel Lumina”)

Em 30 de abril de 2018, foi aprovada a incorporação da totalidade do patrimônio líquido contábil da Cetrel Lumina, com a sua extinção e a sucessão, pela Companhia, de todos os seus bens, direitos e obrigações, sem aumento de capital.

- (b) Odebrecht Enviromenal, INC (“OEI”)

Em 22 de fevereiro de 2018, foi assinado o certificado de dissolução da investida direta OEI, com consentimento da Companhia.

- (c) Odebrecht Environmental Holding GMBH (“OE Holdings”)

Em 28 de fevereiro de 2018, foi assinado o certificado de extinção da investida direta OE Holdings, com consentimento da Companhia.

1.2 Operação lava jato

Em dezembro de 2016 a ODB, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo de Leniência (“Acordo”) com o Ministério Público Federal (“MPF”) e com as autoridades dos EUA e Suíça (“Acordo Global”), responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do Acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem, que firmou acordo próprio, comprometendo-se a pagar o valor global equivalente a R\$ 3.828.

Em dezembro de 2016 a Odebrecht S.A. (ODB), na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo de Leniência (“Acordo”) com o Ministério Público Federal (“MPF”) e com as autoridades dos EUA e Suíça (“Acordo Global”), responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do Acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem, que firmou acordo próprio, comprometendo-se a pagar o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em 23 anos. Em julho de 2018, a Companhia celebrou o acordo de leniência com o Ministério da Transparência/ Controladoria-Geral da União (“CGU”) e com a Advocacia-Geral da União (“AGU”), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal brasileiro.

Em julho de 2018, a ODB celebrou o acordo de leniência com o Ministério da Transparência/Controladoria-Geral da União (“CGU”) e com a Advocacia-Geral da União (“AGU”), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal brasileiro.

Em 8 de agosto de 2019, o referido acordo foi aditado, alterando-se o cronograma de pagamento.

A ODB reafirma continuamente seu compromisso de atuar com ética, integridade e transparência, consistente com as melhores práticas mundiais de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas do Grupo. Neste sentido, a Companhia investe continuamente em iniciativas que fortalecem a Governança e Conformidade.

1.3 Recuperação judicial

Em 17 de junho de 2019, a controladora direta ODB, as controladoras indiretas ODBINV S.A (“ODBINV”) e **Kieppe Participações e Administração Ltda.** (“Kieppe”), assim como outras empresas pertencentes ao Grupo Odebrecht ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05 (“RJ”).

A Companhia não ajuizou pedido de recuperação judicial. As demais empresas em RJ continuaram mantendo suas atividades, com acompanhamento por um administrador judicial nomeado pelo juízo da RJ.

Em 18 de junho de 2019, foi deferido o processamento da recuperação judicial, que teve como principais efeitos a suspensão de todas as ações e execuções em face das Recuperandas e o início do prazo legal para que a empresa apresente uma proposta de plano de recuperação.

Em 26 de agosto de 2019, foi protocolado o plano de recuperação judicial, laudos de viabilidade econômico-financeira e de avaliação de bens e ativos e a relação dos credores integrantes dos termos e das condições indicadas no Plano.

Em 4 de dezembro de 2019, ocorreu em primeira convocação a Assembleia Geral e, desde então, ocorreram outras assembleias, nas quais os credores deliberaram, sucessivamente, pela suspensão dos trabalhos da Assembleia Geral.

Em 22 de abril de 2020, foi aprovado o plano de recuperação judicial da controladora direta ODB, controladoras indiretas ODBINV e Kieppe e de algumas empresas do grupo Odebrecht e parte das empresas a AGC deliberou a suspensão e apreciação do plano de recuperação judicial em nova data.

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 09 de Junho de 2020.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelos saldos de propriedades para investimento e ativos disponíveis para venda que estão mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Consolidação

(a) Controladas e consolidadas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias, diretas e indiretas, em 31 de dezembro:

	Local de constituição e operação	2019	2018
<u>Direta:</u>			
Growth Capital Invest S.A. ("Growth")	Luxemburgo	100,00	100,00
Grupo Ambiental Proveracruz ("Proveracruz")	México	80,00	80,00
Odebrecht Ambiental - México S.A. de C.V. ("OA México")	México	100,00	100,00
<u>Indiretas:</u>			
Brasil Saneamento S.A. ("Brasan")	Brasil (RJ)	100,00	100,00
Grupo Metropolitano de Água e Saneamento ("Grupo MAS")	México	80,00	80,00

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação detida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(d) Controladas em conjunto (joint ventures) e coligadas

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial na controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto.

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

As controladas em conjunto e coligadas estão descritas a seguir:

	Local de constituição e operação	2019	2018
<u>Empresas Controladas em Conjunto:</u>			
Utilitas Participações S.A. ("Utilitas")	Brasil (RJ)	50,00	50,00
<u>Coligadas</u>			
OA Peru	Peru	1,00	1,00

(e) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico que atuam ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Moeda funcional diferente do real

Algumas controladas possuem moeda funcional diferente da moeda da Controladora, conforme demonstrado abaixo:

<u>Controladora</u>	<u>Moeda funcional</u>
Proveracruz	Pesos Mexicanos
Grupo MAS	Pesos Mexicanos
OA México	Pesos Mexicanos

As demais controladas adotam a moeda funcional real.

(c) Transação e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e perdas cambiais relacionados a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais inferiores a três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos e financiamentos”, no passivo circulante.

2.5 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e pela prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos a Perda Esperada para Crédito de Liquidação Duvidosa (“PECLD”) e, calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber. Os direitos a faturar de clientes são assim classificados:

(a) Concessões públicas

São representados pelos direitos a faturar decorrentes das receitas de construção dos contratos de concessão pública com ativo financeiro, reconhecidos na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

(b) Clientes privados e públicos

São representados pelos direitos a faturar decorrentes dos contratos de longo prazo de construção, locação e operacionalização de ativos, qualificados como contratos de arrendamentos financeiros, com base na Interpretação Técnica ICPC 03 e no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil.

2.6 Ativos financeiros e não financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem “Caixa e equivalentes de caixa”, “Fundos restritos”, “Contas a receber” e “Partes relacionadas”.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

2.6.3 Impairment de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs")). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: (i) o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (frete, impostos não recuperáveis, etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso; e (ii) o valor justo, para os ativos adquiridos através de combinações de negócios.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada período e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas, líquidas", na demonstração do resultado.

2.8 Intangíveis

(a) Sistema de água e esgoto

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência dos contratos de concessão são registrados em atendimento às Interpretações e à Orientação emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC 01 e OCPC 05).

O ativo intangível é mensurado pelo custo de aquisição ou formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita, contrapartida do ativo intangível, é estimada considerando os investimentos efetuados pelo Grupo na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, quando aplicável, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelas controladas, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Direito de concessão

O direito de concessão refere-se à outorga registrada nas concessões no ativo intangível (Nota 16) e as respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante e não circulante.

A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelo Grupo, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(c) Software e direitos de uso

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

O direito de uso refere-se à exploração do contrato privado ou público firmado entre as controladas e o poder concedente ou cliente.

(d) Capitalização de juros

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

2.10 Empréstimos, financiamentos (incluindo arrendamentos mercantis)

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidas, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período que são incorridos.

2.11 Obrigações com o poder concedente

O Grupo reconhece a obrigação com o Poder Concedente, pelo direito de explorar o objeto da concessão, quando seu valor é conhecido ou calculável e previsto em contrato. Se o prazo de pagamento for equivalente a um ano ou menos, é classificada no passivo circulante. Caso contrário, é apresentada no passivo não circulante. Tais valores, quando relevantes, são registrados a valor presente e apropriados ao resultado com base no prazo do contrato.

2.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% de imposto de renda e de 9% para a contribuição social para as empresas sediadas no Brasil.

Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base das demonstrações financeiras.

2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações dos serviços prestados entre as empresas do Grupo.

O Grupo reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receita de serviços de água e esgoto

A receita de prestação de serviço de água e esgoto é reconhecida de acordo com o consumo de água e esgoto ou pelo consumo de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

(b) Receita de ativo financeiro

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondentes aos contratos de concessão pública e contratos com arrendamentos financeiros e, dada a sua natureza, está sendo apresentada como receitas das operações do Grupo. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica de cada contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.15 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

O Grupo disponibiliza um plano de Previdência Complementar através da Odebrecht Previdência, entidade fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994). Foi constituída em 1995 para atender a Política de Previdência do Grupo Odebrecht. O plano é disponibilizado para todos os seus Integrantes e Diretoria Estatutária.

O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos integrantes, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos.

(b) Outros benefícios pós emprego

Algumas empresas do grupo oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus integrantes e o custo arcado por ele através de emissão de apólice individual sem custo para o Grupo. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do integrante no emprego até a idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado, ser contribuinte na manutenção do plano e ter tempo mínimo de vínculo.

(c) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação no resultado tem como base os resultados alcançados pelo Grupo e avaliação do desempenho individual do empregado, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

2.16 Mudanças em políticas contábeis e divulgações

O seguinte pronunciamento foi adotado a partir de 1º de janeiro de 2019.

(a) CPC 06 - (IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (ainda não possui Norma Brasileira equivalente) – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

2.17 Novas normas que ainda não estão em vigor .

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.18 Reapresentação das cifras comparativas

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros, alguns ajustes e reclassificações contábeis estão sendo reconhecidos retrospectivamente, para atendimento ao regime de competência e, por esta razão, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 estão sendo reapresentadas.

Em 28 de fevereiro de 2018, foi assinado o certificado de extinção da investida direta OE Holdings, com consentimento da Companhia, cujos impactos estão demonstrados a seguir:

(a) A Companhia realizou o valor de R\$ 3.336 em investimentos, correspondente aos reflexos da extinção investida OE Holdings, composto por equivalência patrimonial, variação cambial em investidas no exterior e saldos de partes relacionadas e outros passivos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado originalmente	Ajuste	Reapresentado	Apresentado originalmente	Ajuste	Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(724)	2.849	2.125	6.054	2.849	8.903
Ajustes						
Depreciação e amortização	78		78	6.352		6.352
Equivalência patrimonial	4.846	(4.351)	495	4		4
Juros sobre mútuo (partes relacionadas)	(22.812)		(22.812)	(17.913)		(17.913)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	652	1.429	2.081	2.467	408	2.875
Baixas de ativos de imobilizado e intangível	709		709	(2.379)		(2.379)
Outros	7.285		7.285	10.266		10.266
	(9.966)		(10.039)	4.851		8.108
Variações nos ativos e passivos						
Outros ativos	(8.018)	73	(7.945)	(8.178)		(8.178)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	(9.908)		(9.908)	(22.307)		(22.307)
Juros pagos				(625)		(625)
Imposto de renda e contribuição social pagos				(21)		(21)
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais	(9.908)		(9.908)	(22.953)		(22.953)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	(133)		(133)	10.488		10.488
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	4.937		4.937	(14.090)		(14.090)
Efeito de caixa e equivalentes de caixa de empresas excluídas na consolidação				18.728	(116)	18.612
Efeito de variação da taxa de câmbio no caixa e equivalentes a caixa						
Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	(5.104)		(5.104)	(7.827)	(116)	(7.943)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.570		5.570	10.325		10.325
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	466		466	2.498	(116)	2.382

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores; e (iv) valores de ativos e dos passivos decorrentes de combinações de negócios que serão tratados como despesa ou receita no futuro e que não impactarão o cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro das empresas do Grupo. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração do Grupo.

Anualmente, a Companhia e suas controladas revisam a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

Os valores recuperáveis das UGCs são determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

(c) Provisão e passivos contingentes

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

(d) Receita não faturada

O Grupo registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(e) Vida útil dos ativos intangíveis

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelo Grupo, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pelo Grupo.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

O Grupo participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, fundos restritos, contas a receber, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e obrigações com o poder concedente.

Os instrumentos financeiros operados pelo Grupo têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos das empresas, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio do Grupo.

O Grupo não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O Grupo atua internacionalmente e está sujeito ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, especialmente com relação ao peso mexicano.

O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos reconhecidos denominados em moedas estrangeiras, principalmente em função das controladas Proveracruz e Grupo, MAS, com exposição à moeda local.

Estas controladas possuem dívidas com fornecedores, poder concedente e outros saldos com partes relacionadas também denominados em moeda estrangeira.

As demais controladas da Companhia localizadas no exterior estão expostas a um risco cambial não significativo por se encontrarem em fase de prospecção de novos negócios ou em fase pré-operacional.

(ii) Risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros

O risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros do Grupo decorre dos seguintes instrumentos financeiros: (i) aplicações financeiras e fundos restritos cujos rendimentos estão atrelados principalmente a taxa de Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"); e (ii) empréstimos e financiamentos que estão atrelados a indexadores diversos.

(b) Risco de crédito

A política do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis é inerente ao modelo de negócio do Grupo, o que mitiga eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Os critérios para constituição da Perda Esperada para Crédito de Liquidação Duvidosa ("PECLD") são: (i) segmento de Água e esgoto: títulos a receber de usuários particulares vencidos há mais de 180 dias e para órgãos públicos os títulos vencidos há mais de 720 dias; e (ii) segmento de Resíduos: títulos a receber de usuários particulares e órgãos públicos vencidos há mais de 180 dias.

Apesar de ser somente um critério quantitativo, devido ao tipo de serviço que o Grupo presta ser um serviço essencial, na maior parte das concessões e contratos privados, o não pagamento pelo usuário final do título vencido geraria a interrupção do serviço. Dessa forma, o Grupo considera que o critério para constituição da PECLD é suficiente para cobrir eventuais perdas nesses títulos.

O risco de crédito também decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, incluindo fundos restritos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, fundos restritos, disponível para venda, contas a receber, depósitos em bancos e instituições financeiras, obrigações com o poder concedente e partes relacionadas na data do balanço.

(c) Risco de liquidez

É o risco do Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Companhia e suas controladas possuem e seguem políticas financeiras que definem as diretrizes para o gerenciamento de riscos. Nos termos dessas políticas, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa e na liquidez de suas operações.

4.2 Gestão de capital

O objetivo do Grupo ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno às acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo valores circulantes e não circulantes), conforme demonstrados no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira para 31 de dezembro de 2019 e 2018, podem ser assim sumariados:

	2019	Consolidado 2018 (Reapresentado)
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 16)	6.691	6.950
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(5.060)	(2.382)
Dívida líquida	1.631	4.568
Total do patrimônio líquido	(3.471)	30.485
Total do capital	(1.840)	35.053
Índice de alavancagem financeira - %	0%	13%

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros do Grupo são classificados da seguinte forma:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>Ativos mensurados ao custo amortizado</u>	<u>Ativos mensurados ao custo amortizado</u>	<u>Total</u>
31 de dezembro de 2019			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	1011	5.060	6.071
Contas a receber de clientes, empréstimos concedidos, depósitos judiciais e outros ativos excluindo pagamentos antecipados	517	64.094	64.611
Sociedades do Grupo Odebrecht	22.526	27.544	50.070
	<u>24.054</u>	<u>96.698</u>	<u>120.752</u>
		Passivos mensurados ao custo amortizado	
31 de dezembro de 2019			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Financiamentos e debêntures (ii)	4.750	6.691	11.441
Fornecedores, obrigações com o poder concedente e Sociedades do Grupo Odebrecht	3.821	136.342	140.163
	<u>25.694</u>	<u>104.541</u>	<u>152.168</u>
	<u>34.265</u>	<u>247.574</u>	<u>303.772</u>
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>Ativos mensurados ao custo amortizado</u>	<u>Ativos mensurados ao custo amortizado (Reapresentado)</u>	<u>Total</u>
31 de dezembro de 2018			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	466	2.382	2.848
Contas a receber de clientes, empréstimos concedidos, depósitos judiciais e outros ativos excluindo pagamentos antecipados (i)	103	70.454	70.557
Sociedades do Grupo Odebrecht	112.488	32.052	144.540
	<u>113.057</u>	<u>104.888</u>	<u>217.945</u>
		Passivos mensurados ao custo amortizado (Reapresentado)	
31 de dezembro de 2018			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Financiamentos e debêntures (ii)		6.950	6.950
Fornecedores, obrigações com o poder concedente e outros passivos	3.462	128.193	131.655
Sociedades do Grupo Odebrecht	22.925	88.976	111.901
	<u>26.387</u>	<u>224.119</u>	<u>250.506</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fundo fixo			101	60
Bancos conta movimento	7	122	3.932	1.978
Aplicações financeiras	1.004	344	1.027	344
	<u>1.011</u>	<u>466</u>	<u>5.060</u>	<u>2.382</u>

7 Contas a receber

	2019	Consolidado 2018
Contas a receber de clientes		
Concessões públicas	140.484	84.788
Clientes privados e públicos	16.830	18.868
Partes relacionadas	49	109
PECLD	(93.269)	(33.311)
	<u>64.094</u>	<u>70.454</u>

Odebrecht Ambiental S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Transações com partes relacionadas

(i) Controladora

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		Controladora	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
	Construtora Norberto Odebrecht S.A.	80	80	153	153			3.932	4.448	516
ODB								13.431	10.445	
O.A México		59.753		30.210			2	2		
Cetrel Lumina			191	191						
Brasil Saneamento S.A.			7	7				7.760	7.782	
OE Holdings										195
OA Par			21.815	21.815						
Outros			280	279				53	53	
	80	59.833	22.446	52.655			3.934	25.694	18.991	

(i) Consolidado

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante		Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Custos/despesas operacionais		Resultado Receitas/(despesas) financeiras	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
		Reapresentado						Partes relacionadas				
Controladas												
OA Par	9	21.815	21.815		118							
Ligadas												
ODB			263	263			13.431	10.445				(566)
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO")	80	80	153	153			12.525	13.513			(807)	
Norquisa S.A. ("Norquisa")												
Interagbar de México S.A. de CV		29			19.926	7.888		8.868	(3.351)	(4.085)	8.052	
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A.						44.518	48.615					
Odebrecht Ingeniería y Contrucción de Mexico						3.915	4.235					
Grupo Metropolitano de Agua e Saneamento ("GMAS")	4.550	9.686			4.550				(6.775)		(12.919)	
Outros	678	12	5	5	49	60	222	123		(3.471)	760	17.021
	5.308	9.807	421	421	24.525	68.906	80.016	19.952	(10.126)	(8.363)	(4.107)	16.455
	5.308	9.816	22.236	22.236	24.525	69.024	80.016	19.952	(10.126)	(8.363)	(4.107)	16.455

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Tributos a recuperar

	Consolidado	
	2019	2018
Imposto sobre serviços	1.601	2.095
Imposto de renda	4.347	14.848
Contribuição social	2.244	2.101
PIS e COFINS	5.441	5.497
Imposto sobre valor agregado	37.656	30.997
Outros	397	369
	51.686	55.907

10 Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

(a) Movimentação dos investimentos - controladora

	Saldo no início do exercício	Adição	Equivalência patrimonial	Outros	Ajustes de avaliação patrimonial	Saldo no final do exercício
Cetrel Lumina Growth OA México	7.662	78.925 (i)	(50) 27		4 6.227	7.616 85.179
Total investimentos	7.662	78.925	(23)		6.231	92.795
OE Holdings Proveracruz OA México	(41.164) (19.307)	11.905 (i)	(19.240) 7.604		(13.864) (201)	(74.268) (74.268)
Total provisão para perda de investimentos	(60.471)	11.905	(11.636)		(14.065)	(74.268)
Em 31 de dezembro de 2019	(52.809)		(11.659)		(7.834)	18.527
Em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	(42.480)		(495)	(819)	(9.015)	(52.809)

(i) Em 01 de agosto de 2019, a OA realizou aumento de capital na investida OA México no montante de R\$ 90.830, mediante a subscrição de 463.886.498 ações.

(b) Movimentação dos investimentos - consolidado

	Saldo no início do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo no final do exercício
Empresas controladas em conjunto			
Utilitas	29		29
Subtotal empresas controladas em conjunto	29		29
Em 31 de dezembro de 2019	29		29
Em 31 de dezembro de 2018	33	(4)	29

(c) Dividendos e juros sobre capital próprio

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui o montante de R\$ 17.552 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 17.552) referente a dividendos a pagar, para controladora OA Par.

A companhia optou por reclassificar o montante de 17.552 para realizável a longo prazo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Composição, expectativa de realização e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Consolidado			
	2018	Reconhecido na demonstração do resultado	Outros	2019
Ativo fiscal diferido				
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	3.445	4.844		8.289
Passivo fiscal diferido				
Demais diferenças temporárias decorrentes da lei 11.638/07 (Lei 12.973)	1.129		4.183	5.312
Ativo fiscal diferido, líquido	4.574	4.844	4.183	13.601

(b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social (Reapresentado)	(21.325)	(33.734)	(16.914)	8.903
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	7.251	11.470	5.751	(3.027)
Efeito das exclusões (adições) permanentes	(7.251)	(11.470)	(12.794)	(3.156)
Equivalência patrimonial	(3.964)	(495)		(153)
Prejuízo fiscal (ano corrente) não constituído IR/CS diferido	(3.287)	(10.975)	(12.794)	(3.003)
Outros				
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social			(7.043)	(6.183)
Composição do IR e da CS:				
Imposto de renda e contribuição social correntes de operações continuadas			(2.199)	(789)
Imposto de renda e contribuição social diferidos de operações continuadas			(4.844)	(5.394)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social			(7.043)	(6.183)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Imobilizado

	Direito de Uso	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Edificações	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Total
Custo de aquisição								
Saldo inicial em 1º janeiro de 2018		2.029	4.716	687	923	3.406	145	11.906
Adições		2.072	832	16	16	172	530	3.638
Baixas		(37)	(289)	7	6	401	(88)	
Transferências		(734)	(2.239)	(124)	(645)	(176)		(3.918)
Variação cambial		(124)	(432)	38	14	99	7	(398)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018		3.206	2.588	624	314	3.902	594	11.228
Depreciação acumulada								
Saldo inicial em 1º janeiro de 2018		(607)	(3.009)	(101)	(482)	(1.777)	(87)	(6.063)
Depreciação		(59)	(635)	(68)	(51)	(964)	(79)	(1.856)
Baixas		701	1.963	39	469	39		3.211
Transferências		35	309		(6)	(426)	88	
Variação cambial		7	84	8	4	(291)		(188)
Movimentações societárias								
Saldo final em 31 de dezembro de 2018		77	(1.288)	(122)	(66)	(3.419)	(78)	(4.896)
Valor contábil líquido		3.283	1.300	502	248	483	516	6.332
Custo de aquisição								
Saldo inicial em 1º janeiro de 2019		3.206	2.588	624	314	3.902	594	11.228
Adições	1.588	122	1.195		22	22	352	3.301
Baixas (i)								
Variação cambial		108	414	53	31	345	31	982
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	1.588	3.436	4.197	677	367	4.269	977	15.511
Depreciação acumulada								
Saldo inicial em 1º janeiro de 2019		77	(1.288)	(122)	(65)	(3.419)	(78)	(4.895)
Depreciação	(90)		(704)	(71)	(37)	(823)	(376)	(2.101)
Incorporação								
Transferências								
Baixas (i)								
Variação cambial			(148)	(12)	(8)	(295)		(463)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	(90)	77	(2.140)	(205)	(110)	(4.537)	(454)	(7.459)
Valor contábil líquido	1.498	3.513	2.057	472	257	(268)	523	8.052
Vida útil (anos)	4	5 a 10	5 a 20	2 a 60	5 a 10	5 a 20		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Intangível

	Direito de concessão	Softwares e direitos de uso	Intangível em formação	Outros	Total
Custo de aquisição					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2018	106.793	2.871	4.016	111	113.791
Adições	17	621	7.035		7.673
Baixas		(2.532)	(158)		(2.690)
Transferências	(1.686)	(340)	2.026		
Variação cambial	(2.251)	(697)	11.085		8.137
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	102.873	(77)	24.004	111	126.911
Amortização acumulada					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2018	(5.762)	(796)	(992)	(111)	(7.661)
Amortização	(3.821)	(220)	(452)	(5)	(4.498)
Baixas		1.015		5	1.020
Transferências	829	138	(967)		
Variação cambial	9.876	(3)	(1.591)		8.282
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	1.122	134	(4.002)	(111)	(2.857)
Valor contábil líquido	103.995	57	20.002		124.054
Custo de aquisição					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2019	102.873	(77)	24.004	111	126.911
Adições			9.108		9.108
Transferências					
Baixas					
Variação cambial	9.877	1	(5.640)		4.238
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	112.750	(76)	27.472	111	140.257
Amortização acumulada					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2019	1.122	134	(4.002)	(111)	(2.857)
Amortização	(3.957)	(1)	(814)		(4.772)
Transferências					
Baixas					
Variação cambial	(1.138)	4	1.169		35
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	(3.973)	137	(3.647)	(111)	(7.594)
Valor contábil líquido	108.777	61	23.825		132.663
Vida útil (anos)	5 a 50	5 a 10			

14 Empréstimos e financiamentos

Composição por natureza

Natureza	Consolidado		Consolidado	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Financiamento (I)	1.000	3.750	2.022	4.928
Arrendamentos Mercantis (II)	766	1.175		
	1.766	4.925	2.022	4.928

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(I) Financiamento

(a) Composição

Modalidade e encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimentos	Consolidado	
			2019	2018
Capital de Giro				
TIE + 2,5%	0,0726	jul/2020		1.217
Estruturado				
TJLP + 2,18 a 5%	9,91% a 13,15%	jan/2021 a dez/2028	4.750	5.733
Total			4.750	6.950
Circulante			1.000	2.022
Não circulante			3.750	4.928

(b) Movimentação

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	6.950	21.803
(-) Adoção inicial IFRS 16	(1.217)	
(+) Adição de juros	274	1.213
(-) Amortização de principal	(940)	(16.811)
(-) Amortização de juros	(317)	(956)
(-) Variação cambial		1.701
Saldo no final do exercício	4.750	6.950
Passivo circulante	1.000	2.022
Passivo não circulante	3.750	4.928

(c) Prazo de vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	Consolidado	
	2019	2018
2020		922
2021	1.000	1.160
2022	1.000	1.480
2023	1.000	989
2024	750	377
	3.750	4.928

(d) Garantias

As controladas do Grupo buscam estruturar o financiamento dos seus investimentos na modalidade de financiamento a projetos, visando uma adequada mitigação e alocação de riscos destes projetos, contando com o necessário suporte dos acionistas para a sua conclusão.

As garantias de projeto compreendem, de forma geral, a cessão ou penhor dos direitos creditórios, receitas e/ou direitos emergentes das concessões, penhor das ações das controladas, hipoteca ou penhor de plantas e equipamentos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(II) Arrendamento

Com relação ao passivo de arrendamento a Companhia mensura ao valor presente dos pagamentos remanescentes, utilizando a taxa incremental na data da aplicação inicial, calculada a partir de taxa representativa do custo de capital de terceiros, a partir de operação equivalente realizada. Após a data de início, o passivo de arrendamento é mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento e reduzindo o valor contábil para refletir os pagamentos dos aluguéis efetuados

(a) Movimentação

	Consolidado
	2019
Saldo no início do exercício	
Adoção inicial IFRS 16	3.607
(-) Amortização de principal	(1.742)
(-) Variação cambial	76
Saldo no final do exercício	1.941
Passivo circulante	766
Passivo não circulante	1.175

(b) Composição dos arrendamentos passivos não circulantes, por ano de vencimento

	Consolidado
	2019
2021	256
2022	201
2023	187
2024	175
2025 em diante	356
	1.175

15 Provisões para contingências

	Consolidado			
	Reclamações	Contingências	Depósitos	Total
	cíveis	trabalhistas e	judiciais	
		previdenciárias		
Em 31 de dezembro de 2018	35	264	4	303
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	1.561	5.454		7.015
Em 31 de dezembro de 2019	1.596	5.718	4	7.318

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil e trabalhista, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais as empresas do Grupo são réis e para as quais a classificação de perda é provável.

(a) Causas possíveis

A controladora possui processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais tem expectativa de perda possível. Em 31 de dezembro de 2019, esses processos de perdas possíveis somam o montante de R\$ 42.083 (2018 - R\$ 34.264).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Obrigações com o Poder Concedente

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo MAS possui o saldo de R\$ 105.767 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 90.537) referente ao direito de exploração do contrato de concessão de água e esgotamento sanitário, que serão pagos ao Poder Concedente.

	Arrendamento por concessão	Passivos financeiros e trabalhistas	Ajuste a valor presente	Variação cambial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.387	46.444	(9.878)	38.584	90.537
Pagamentos realizados no exercício	(4.471)				(4.471)
Variação cambial			69	19.632	19.701
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.916	46.444	(9.809)	58.216	105.767

O Instituto Metropolitano de Água (“IMA”) autorizou a atualização mensal das tarifas a partir de 01 de dezembro de 2018 de acordo com os termos do artigo 21 da regulamentação da lei 21 de Águas do Estado de Veracruz.

A Concessionária apresentou um estudo tarifário previsto na lei 21 de Águas do Estado de Veracruz para o exercício de 2019. Por sua parte, o IMA, através de Ofício de 11 de janeiro de 2019, autorizou a atualização mensal das tarifas aplicadas pela concessionária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Com base nesse incremento a Concessionária começou a efetuar os pagamentos, a título de arrendamentos, a partir do mês de dezembro de 2018 e durante o ano de 2019, de forma regular. Os pagamentos efetuados no ano de 2019 foram de R\$ 4.471 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 4.057).

A GMAS denunciou e exigiu dos Órgãos Concedentes e ao IMA: (i) a aplicação das tarifas aprovadas e publicadas no Diário Oficial do Estado de Veracruz em 26 de dezembro de 2016, bem como o reconhecimento dos resultados derivados da injustificada suspensão da sua aplicação pelo IMA através do comunicado IMA/DG/002/2017; (ii) os custos adicionais e gastos pelo “stand by” produzido entre a emissão do aviso de início de operação e a data real de entrada em operação; (iii) o ressarcimento dos diversos pagamentos efetuados a fim de manter a operação do sistema (pagamentos a CFE e CONAGUA); (iv) a concessionária foi afetada pelo mau estado das instalações e equipamentos recebidos, diferente do que foi informado no processo de licitação; (v) a obtenção do financiamento para pagamento do passivo trabalhista que não estava contemplado no processo de licitação; e (vi) a devolução do pagamento anual antecipado dos anos de 2015 e 2016 recebido pelo SASM e que não foi reembolsado ao Grupo MAS a parte correspondente ao período de operação nos referidos anos, entre outras afetações. O Governo Municipal de Veracruz e/ou Medellín e/ou do extinto SASM, responderam os comunicados do Grupo MAS, mas não apontaram nenhuma solução e por isso o Grupo MAS, de acordo com o Contrato de Concessão, deu início ao processo conciliatório de conformidade com o Contrato de Concessão.

Em 27 de dezembro de 2019, mediante a publicação, em diário oficial, do acordo nº IMA /CCC/ORD/048/2019, foram aprovadas as quotas e tarifas a serem aplicadas a partir de 01 de janeiro de 2020 nos municípios de Veracruz e Medellín de Bravo para os serviços de água potável, esgotamento sanitário e saneamento.

17 Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 12.009, composto por 547.699.682 ações ordinárias, da seguinte forma representada:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Prejuízo por ação

O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não mantém ações em tesouraria.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(21.325)	2.125 (Reapresentado)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>547.700</u>	<u>547.700</u>
Prejuízo básico por ação (em R\$)	<u>(0,04)</u>	<u>0,00</u>

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias.

18 Receita Líquida

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Operações		
Receita de serviços	165.027	114.782
Receita do ativo financeiro		2.795
	165.027	117.577
Impostos e contribuições sobre serviços e vendas	(7.821)	(72)
Abatimentos e cancelamentos		(5.574)
	<u>157.206</u>	<u>111.931</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Custos, despesas por natureza e outras despesas líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Classificadas por natureza:				
Pessoal				
Remunerações	(669)	(5.238)	(4.227)	(15.033)
Encargos sociais e trabalhistas	(215)	(3.060)	(336)	(6.497)
Programa de alimentação	(26)	(106)	(26)	(1.096)
Programa de saúde	(88)	(219)	(88)	(242)
Outros benefícios	(62)	(433)	(59)	(481)
	(1.060)	(9.056)	(4.736)	(23.349)
Materiais		(625)	(10.027)	(10.406)
Serviços				
Aluguéis e condomínios pessoa jurídica, comunicação e energia elétrica		(97)	(28.990)	(26.658)
Serviços pessoa jurídica	(1.016)	(2.785)	(12.816)	(6.398)
Manutenções		(1)	(2.551)	(1.705)
Auditorias, consultorias e assessorias	(161)	(251)	(2.849)	(1.164)
Outros		(13)	(2.471)	(342)
	(1.177)	(3.772)	(49.677)	(36.267)
Tributos, taxas e contribuições	(281)	(122)	(566)	(417)
Partes relacionadas		(817)	(10.126)	(8.363)
Seguros	(13)	(136)	(689)	(665)
Depreciação e amortização		(78)	(6.873)	(6.352)
(+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais		9		57
Contingências trabalhistas, cíveis e ambientais	(7.015)		(7.015)	
Comercial			(54.993)	(21.501)
Viagens		(130)	(817)	(584)
Outras	(607)	2.849	(9.960)	(5.887)
	(10.153)	(11.253)	(155.479)	(113.734)
Classificadas por função:				
Custo dos serviços prestados e vendas	(8)	(489)	(80.459)	(64.223)
Gerais e administrativas	(10.145)	(16.913)	(75.919)	(54.230)
Outras receitas (despesas) líquidas		6.149	899	4.719
	(10.153)	(11.253)	(155.479)	(113.734)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	43	120	737	120
Juros sobre mútuo (partes relacionadas)	867	24.298	9.075	31.311
Variações monetárias	94	1.063	94	1.073
Variações cambiais			48	19
Outras	151	6	151	1.118
(-) Tributos sobre receitas financeiras (Pis e Cofins)	(161)	(504)	(164)	(514)
	<u>994</u>	<u>24.983</u>	<u>9.941</u>	<u>33.127</u>
Despesas financeiras				
Comissões bancárias	(40)	(36)	(429)	(288)
Despesas com juros	(274)	(652)	(704)	(2.467)
Juros sobre mútuo (partes relacionadas)	(107)	(1.486)	(13.182)	(14.856)
Tributos sobre operações financeiras	(68)	(49)	(68)	(49)
Ajuste a valor presente			(4.979)	(279)
Multa e juros por atraso de pagamento	(18)	(138)	(44)	(1.496)
Variações cambiais		(2.978)	(9.176)	(2.993)
Outras		(5.787)		
	<u>(507)</u>	<u>(11.126)</u>	<u>(28.582)</u>	<u>(22.428)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>487</u>	<u>13.857</u>	<u>(18.641)</u>	<u>10.699</u>

21 **Eventos subsequentes**

O COVID-19 (“coronavírus”) é de uma família de vírus que causa infecções respiratórias, altamente contagiosa, que vem causando um surto mundial, foi primeiramente reportado em Wuhan, na China continental e, posteriormente, espalhou-se por diversos países. Desde então, têm sido informados mundialmente casos de contágio e fatalidade devido ao vírus, de forma que, em 3 de março de 2020, o surto foi caracterizado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde. Brasil, Argentina, Peru, México entre outros países onde se localizam as operações do Grupo Odebrecht, também reportaram casos da doença.

A partir de 16 de março de 2020, a Companhia e suas Controladas, de forma gradual, foram liberando as áreas administrativas para trabalho na modalidade home office, como forma de prevenir o avanço do contágio, as atividades administrativas permanecem sendo exercidas normalmente. Até o presente momento as atividades administrativas permanecem na modalidade home office em cumprimento às recomendações das autoridades de saúde nacionais e internacionais

Até o momento, a Companhia e suas Controladas não sofreram grande impacto com relação ao coronavírus em suas operações ou situação financeira, o Grupo Odebrecht possui apenas um empregado testado positivamente para a infecção. Dada a dinâmica incerta da evolução do surto, não é possível prever o impacto final que este surto poderá ter sobre o mercado financeiro e a economia global e, conseqüentemente, sobre os negócios da Companhia e suas Controladas. A Companhia e suas controladas seguem avaliando continuamente os impactos sobre as operações e situação financeira.

* * *